

A ABORDAGEM SEMIPRESENCIAL DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Maria Áurea Sousa de Santana¹
Francisca Mirna Santos Fonseca²

RESUMO

O presente estudo tem como foco apresentar uma análise do ensino semipresencial na Educação de Jovens e Adultos, visto que há uma necessidade de se conhecer mais sobre esse modelo de ensino direcionado ao aluno da EJA e assim, possibilitar uma compreensão de toda a conjuntura que envolve esse processo, para melhor atender as necessidades desse público, no sentido de torná-lo mais assíduo e participativo no contexto escolar. Para tanto, é necessário dialogar sobre questões que permeiam todo esse processo, sinalizando para minimizar as estatísticas de evasão e infrequência, favorecendo a matrícula, a permanência e o sucesso do aluno no Centro Educacional de Jovens e Adultos - CEJA, respeitando todas as suas particularidades. Para a realização desse estudo foi feito um levantamento teórico sobre o tema educação de jovens e adultos e abordagem semipresencial de ensino, onde consideramos que mas sem esquecer que o CEJA não é meramente uma unidade certificadora e sim uma unidade escolar com uma função social definida, um projeto político-pedagógico organizado que norteia a prática escolar cotidiana e uma proposta direcionada a atender ao público jovem e adultos, com toda a sua complexidade e encantamento.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos, Centro de educação de jovens e adultos, Ensino semipresencial.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco apresentar uma análise do ensino semipresencial na Educação de Jovens e Adultos, visto que há uma necessidade de se conhecer mais sobre esse modelo de ensino direcionado ao aluno da EJA e assim, possibilitar uma compreensão de toda a conjuntura que envolve esse processo, para melhor atender as necessidades desse público, no sentido de torná-lo mais assíduo e participativo no contexto escolar, bem como qualificar o processo ensino-aprendizagem.

Tendo em vista os altos índices de defasagem escolar, principalmente no que diz respeito a alunos com faixa etária incompatível com a série em que estudam a Educação de Jovens e Adultos, EJA, no Brasil, assume um papel de grande importância no processo de formação de muitos brasileiros, tornando-se uma modalidade crucial para a garantia de acesso

¹Mestra pelo Curso de Ciências da Educação da Universidade Politécnica do Paraguai – UPAP, aurea.santana@hotmail.com;

²Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Artística do Paraguai - UPAP, mirnaff56@gmail.com.

e permanência do público jovem e adulto à educação. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino com um público bastante peculiar e diversificado: diversificado, porque cada aluno tem sua história de vida e já possui uma experiência acumulada em outras áreas de atuação social (profissionais, familiares, religiosas, etc.). Ressalta-se ainda, que por razões diversas, todos esses alunos apresentam algo em comum: o fato específico de não terem tido acesso à educação na idade idealmente recomendada pela legislação educacional brasileira. Trata-se, portanto, de um público marcado por uma história de vida que, por alguma razão, em algum trecho do percurso, abandonaram a trajetória escolar regular.

Isso eleva outros dados do qual nenhuma escola quer pensar e nem se orgulhar: a desistência, uma vez que este aluno poderá encontrar obstáculos maiores para continuar os seus estudos, entre eles: Cansaço pelo labor diário; estudo noturno desestimulante e a longa distância e até mesmo a inexistência de nível de ensino que lhe permita a continuidade em seus estudos e recuperar o tempo perdido. Diante tal realidade surge a problemática geradora desta pesquisa: o modelo de ensino semipresencial é adequado para a Educação de Jovens e Adultos?

É importante lembrar que a clientela da EJA, é aquela fora da faixa etária, ingressam no ensino em qualquer período do ano letivo obedecendo as normas da escola, com relação à frequência, ensino aprendizagem e carga horária, e conforme o seu desenvolvimento é realizado um teste de nivelamento no qual seus conhecimentos são avaliados autorizando este aluno a passar para os níveis subsequentes. Para tanto, faz-se necessária atingir os seguintes objetivos: Analisar o modelo de ensino semipresencial desenvolvido na rede pública estadual de ensino, em Fortaleza - CE, e possibilitar reflexões que otimizem a semipresencialidade, fundamentando-se nas análises da pesquisa e no fazer pedagógico.

Tudo isso passa por um estudo de como está fundamentado o fazer político pedagógico da escola, desde a maneira como o aluno é recebido na matrícula inicial, sua recepção, até o atendimento em sala de aula; para tanto é indispensável dialogar com os atores da escola, observar a dinâmica e visitar os documentos oficiais como, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, o mapa curricular, a proposta de conteúdo, os livros adotados.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, optamos por utilizar a abordagem qualitativa. Escolher os caminhos para um trabalho é muito importante, pois é o norteador de todo um processo. Para desenvolver esse trabalho, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, caracterizando assim uma abordagem que explora fenômenos qualitativos, onde a fundamentação teórica qualifica os

levantamentos. Na pesquisa consideramos teóricos como Freire (1995), Gadotti (2001), Ribeiro (2004), entre outros.

A abordagem qualitativa de pesquisa surgiu, especialmente entre as ciências humanas, para buscar a superação de uma visão que priorizava a estabilidade constante e uma estrutura fixa de conhecimento, ou seja, uma ordem permanente e estratificada. Segundo Ludke e André (2010, p. 03):

O fenômeno educacional foi estudado por muito tempo como se pudesse ser isolado, como se faz com um fenômeno físico, para uma análise acurada, se possível feita em um laboratório, onde as variáveis que o compõem pudessem também ser isoladas, a fim de se constatar a influência que cada uma delas exercia sobre o fenômeno em questão.

A área educacional vem se constituindo num campo muito rico para o avanço da investigação qualitativa. Há algum tempo, a pesquisa em educação tem se preocupado em captar a dinâmica do fenômeno educacional e a realidade complexa do dia a dia das escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os CEJA's em escala estadual e municipal

A educação voltada para jovens e adultos está presente nas mais variadas regiões no estado do Ceará com uma grande quantidade de escolas e atividades prestadas para os estudantes. Encontramos nos centros específicos para esse ensino os CEJA'S e também escolas que englobam a mesma metodologia, porém, lado a lado ao ensino regular que geralmente apresentam o nível fundamental e médio regular durante o período diurno e o noturno para o ensino de Jovens e Adultos.

Os CEJA'S percorrem grande parte dos municípios cearenses aumentando anualmente o número de jovens acima dos 15 anos e adultos nas mais variadas idades que concluem o ensino fundamental e médio. Os estudantes que não concluíram o ensino básico no tempo comumente observado, por vários motivos como trabalho, doenças, dentre outros, veem no CEJA a oportunidade de retomar seus estudos e certamente obter o seu certificado de conclusão. Outros atrativos fazem com que esse método de estudo esteja presente em grande parte do estado, como a facilitação de acesso ao ensino, o tempo que vai de acordo com a necessidade do aluno, a forma de avaliação, além das oficinas e projetos oferecidos.

Esses centros surgiram no início da década de 70, com a nomenclatura de CES, atualmente chamados de CEJA'S. Em 1974 instalou-se o primeiro Centro de Estudos Supletivos no estado do Ceará com o nome de Professora Gilmar Maia localizado no bairro

Centro na capital Fortaleza. A Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais no Ceará - APEOC informou que até 2015 o estado do Ceará possuía 32 escolas CEJA'S, com mais de vinte e cinco mil alunos matriculados e aproximadamente mil e duzentos professores orientadores.

A distribuição das escolas CEJA'S no território do estado do Ceará, de acordo com Ribeiro (2004), aponta que vinte e quatro municípios possuem os Centros de Educação de Jovens e Adultos, descrevendo ainda em seu contexto, nove os CEJA'S localizados na capital do Estado, que por sua vez, também tem maior número de matrículas e procura, haja vista que dados de 2015 apontam para 17.943 matrículas em Fortaleza e 22.012 matrículas em todos os demais municípios do Estado do Ceará.

O CEJA como espaço de formação permanente

Na Educação de Jovens e Adultos, é fundamental compreender a especificidade do seu público em relação à diversidade etária, sociocultural, geográfica, cognitiva, de gênero, dentre outras, e traduzir esta especificidade na garantia do acesso e da qualidade sócio educacional necessária à sua emancipação.

Pensando nisso a Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC-CE, através dos Centros de Educação de Jovens e Adultos tem assegurado a oferta de educação escolar para jovens e adultos, com características adequadas às suas necessidades e disponibilidades garantindo aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Segundo a Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC-CE os alunos da EJA fazem parte de um público não convencional, que trata de uma demanda peculiar, com características específicas, que o diferencia do aluno que teve acesso à escola na idade própria, seja pela sua inserção no mundo de trabalho, sua experiência pessoal ou sua participação na vida social. Estas diferenças devem ser consideradas na oferta de cursos com matrícula para conclusão da educação básica, ampliação de conhecimentos e progressão parcial, entre outros, respeitando-se o princípio da equidade.

A dinâmica metodológica utilizada nos Centros de Educação de Jovens e Adultos deverá atender às características, disponibilidade de tempo, ritmo de aprendizagem e interesses dos estudantes, articulando os saberes já construídos na convivência social com os saberes da cultura acadêmica. Para realizar esta proposição poderão ser utilizadas diferentes estratégias metodológicas como: a orientação personalizada através dos módulos de ensino, estudos dirigidos, orientação em grupos, oficinas, estudos em laboratórios, bibliotecas, debates e outras

técnicas pedagógicas, visando preparar o aluno para assumir a responsabilidade de sua educação.

Lembrando que nos CEJA's a matrícula pode ser feita o ano inteiro, em qualquer época, visto que o atendimento é ininterrupto e não há o engessamento de ano letivo para o aluno como na escola presencial. Para avançar nos estudos, o aluno realiza as provas e esta é quem define se ele está apto ou não para a próxima etapa.

Nesta perspectiva a estrutura física dos CEJA's dispõem de diferentes ambientes articulados à ação docente em prol da aprendizagem do aluno e que agora destaco dois desses ambientes, por compreender, por suas características, ser um espaço privilegiado de exercício de saberes.

O primeiro deles é Serviço de Assessoramento Pedagógico – SASP, que é o setor que acolhe o público e o encaminha para o atendimento solicitado. É responsável em esclarecer para os alunos sobre a rotina de ensino e aprendizagem na Instituição, bem como acompanhar todo o processo pedagógico que envolve professores e alunos; setor que alimenta todos os outros com informações sobre estatísticas de atendimento, controle de nota, de frequência e acompanhamento de atividades diversificadas e diversas como oficinas, seminários, palestras, grupos de estudos, rodas de conversas, intercâmbios e eventos socioculturais.

Abaixo esclarecemos mais sobre as atribuições do SASP, de acordo com a portaria nº 1169/2015, sobre o funcionamento dos CEJA's no Ceará:

- ✓ Orientar aos alunos quanto à metodologia e ao funcionamento específico dos CEJA's e construção do pacto didático para o curso;
- ✓ Acompanhar pedagogicamente aos professores, na elaboração de avaliações, montagem de oficinas, socialização de informações e realização de debates por área, para subsidiar os ajustes necessários;
- ✓ Acompanhar pedagogicamente aos alunos, para identificar e delinear as intervenções apropriadas para o bom desempenho no curso.
- ✓ Organizar e acompanhar as atividades de planejamento, Projetos complementares de aprendizagem e eventos socioculturais da escola;
- ✓ Auxiliar na organização das oficinas pedagógicas;
- ✓ Ler, organizar e tabular os dados registrados nos sistemas de informatização, nas fichas de atendimento dos professores e divulgar as estatísticas mensais da escola;
- ✓ Estabelecer continuamente comunicação com os alunos como forma de estímulo à frequência e consequentemente inibir a evasão;
- ✓ O outro ambiente é o Centro de Múltiplos Recursos, composto por: laboratório de informática, biblioteca, banco de livros didáticos, sala de estudos, e outros recursos que possibilitam ao aluno adquirir

conhecimentos através dos meios tecnológicos, favorecendo assim, a melhoria da ação educativa.

- ✓ No laboratório de informática, o aluno terá contato com toda a diversidade possibilitada pela internet como acessar sites e links educacionais que possam fortalecer a sua aprendizagem;
- ✓ No laboratório de ciências, o aluno poderá vivenciar experimentações e assim fortalecer o seu pensamento lógico;
- ✓ A biblioteca se apresenta nos CEJA's como a grande protagonista, pois além de ficar responsável pela distribuição dos módulos, traz também uma proposta agregadora de conhecimentos, já que possibilita aos alunos cursos sobre a língua portuguesa, bem como orientar estudos que foram indicados pelos professores das salas de atendimento.
- ✓ O banco de livros é espaço onde se armazena todos os livros que serão utilizados pelos alunos e esse espaço é de gestão do Centro de Multimeios;
- ✓ A sala de estudos visa ser mais um espaço para o aluno que queira tranquilidade para as suas leituras e realização de atividades. (CEARÁ, 2016)

Ficou ainda estabelecido na referida portaria, que o SASP permanecerá no CEJA, observadas as seguintes cargas horárias: 400 horas para os CEJA com matrícula acima de 1.000 alunos; 200 horas para os CEJA com matrícula até 1.000 alunos. E, os professores lotados no SASP terão hora de trabalho de 60 minutos. (CEARÁ, 2016)

A semipresencialidade solucionando a problemática da evasão

Refletir e dialogar sobre evasão na EJA é uma tarefa que requer muitos cuidados, pois historicamente os alunos dessa modalidade estão mergulhados em muitas variáveis. Então é interessante entender que a EJA já nasceu com algumas particularidades e dessa forma não se pode colocá-la no bojo das análises, com os mesmos referenciais e instrumentais das demais. Gadotti (2014) nesse sentido, revela:

A evasão do aluno trabalhador e da aluna trabalhadora pouco tem a ver com a evasão de alunos que frequentam escolas, com a mesma faixa etária, com o mesmo nível de aprendizagem e preocupações. A evasão na EJA tem características próprias, que devem ser respeitadas pelos educadores e pela sociedade. (GADOTTI, 2014, p. 22).

Considerando a citação acima é de fundamental importância repensar inclusive o conceito de evasão para a EJA. Não se pode olhar friamente para os números, sem propor toda uma contextualização para um processo histórico. Ora, os princípios da educação já orientam aos professores e gestores que tenham uma postura de resignificação para todo o processo educativo, em todos os momentos, ainda mais quando se trata da EJA.

É muito interessante compreender o significado da evasão, que diz respeito ao ato de desviar-se de alguma coisa ou algo, a ação de afastar-se. No contexto escolar significa que o aluno está se afastando da escola.

A evasão escolar é um problema endêmico e antigo do Brasil. Todos os anos milhares de crianças e adolescentes passam por essa experiência danosa ao seu futuro e ao do país. O problema é que a evasão é quase tida como comum entre os profissionais da educação, que no início do ano letivo não se preocupam em lotar as salas de aulas já que sabem que muitos dos alunos desaparecerão da escola. Já o reflexo desse descaso é sentido nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes como salienta Digiácomo (2010, p. 01),

As consequências da evasão escolar podem ser sentidas com mais intensidade nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes em conflito com a lei, onde os percentuais de presos e internos analfabetos, semialfabetizados e/ou fora do sistema de ensino quando da prática da infração que os levou ao encarceramento margeia, e em alguns casos supera, os 90% (noventa por cento).

A frequência desse jovem e adultos, em sua grande maioria já trabalhadores, é um grande desafio para todos: governo, instituições, sociedade e também para o próprio aluno, que muitas vezes não ver sentido em estar na escola.

Assim, a EJA ocupa um papel fundamental na sociedade, uma vez que procura reinserir os jovens e adultos não só no mercado de trabalho, mas também tem como objetivo principal formar um ser crítico, homem cidadão e consciente de seu lugar no mundo, como observa-se nas palavras de Freire (1995):

A educação popular, de corte progressista, democrático, superando o que chamei, na *Pedagogia do Oprimido*, “educação bancária”, tenta o esforço necessário de ter no educando um sujeito cognoscente, que, por isso mesmo, se assume como um sujeito em busca de, e não como pura incidência da ação do educador. (FREIRE, 1995, p.14)

A EJA, que inicialmente era um programa com o objetivo apenas de formar no ensino básico, hoje ocupa um espaço bem maior. Ela busca a superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico. Busca recolocar as pessoas que, por questões econômicas, por falta de oportunidade, ficaram à margem da sociedade.

Com esse objetivo definido, através do Decreto número 5.478, de 24/06/2005 iniciou-se o primeiramente denominado Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA. “...o PROEJA expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação

profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio Ensino Médio.” (BRASIL, 2007, p.12).

Porém, apesar do PROEJA ser um programa que tem como visão aliar a área técnica ao Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos, isto não quer dizer que este ensino deseje apenas formar para o mercado de trabalho. Em primeiro lugar, a ideia é se formar para a vida.

O que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente mais justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele. (BRASIL, 2007, p.13).

Frequentar a escola, portanto, precisa ter um significado. Os jovens e adultos que abandonam a escola, quando retornam a ela, precisam reconhecer sua importância, se identificar com ela de alguma forma.

Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos – trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos – nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da Educação Popular. (FREIRE, 1995, p.13).

Educadores que ensinam o conteúdo sem relacioná-lo à vida, tendem a estimular o desinteresse do aluno pela escola e esse desinteresse resulta normalmente na evasão escolar, que, finalmente, atinge o aluno em potencial da EJA. Se esse educando já passou por um fracasso escolar e, por um motivo ou outro, resolver tentar mais uma vez retornar a escola, o mínimo que o professor pode fazer é tornar esse retorno agradável. O aluno precisa ver que a escola pertence ao seu mundo e não é um universo à parte.

Da abordagem semipresencial de ensino muito se assemelha com o Ensino Supletivo, por considerar a flexibilidade no processo ensino aprendizagem. Sabemos que na verdade isso só funcionava no papel, e que a realidade é outra, já que a clientela é outra, é aquela trabalhadora, que entrou na escola apenas com a vivência do dia-a-dia, e que o ensino da EJA funciona de acordo com a sua clientela, adequando-se às possibilidades de tempo de cada um pois em sua maioria são trabalhadores, levando em conta também a defasagem no que diz respeito à capacidade de rendimento de cada um.

Na Resolução nº 333/94 da consolidação das normas do Conselho de Educação do Ceará de nº 2812/94, o artigo 67, diz que o ensino supletivo é uma modalidade do Ensino Fundamental

e Médio, destinado a uma clientela fora de faixa etária prevista para a escolarização regular e que deve ser atingida por meio de metodologia própria e adequar as suas características e necessidades. O artigo 74 que diz: "Os cursos supletivos, para que produzam efeitos legais, deverão Ter seus planos incluindo currículo, metodologia, aferição de resultados e qualificação de professores, previamente aprovados pelo Conselho de Educação".

Tendo em vista o que diz o artigo 74, a filosofia do ensino é definida como o conjunto de referências, métodos e ações que será orientação ao trabalho educativo, visando o atendimento de objetivos definidos. Nos centros de estudos supletivos e seus núcleos existem também uma filosofia, e esta não se encontra tão distante da filosofia do ensino brasileiro, pois sua linha de ação faz desse sistema de ensino uma escola diferenciada que visam o objetivo para uma clientela trabalhadora, tendo a escola apenas como uma forma de superar o tempo perdido, quanto à qualificação dos educadores, existe, mas ainda é uma escassez.

Assim, o supletivo e a modalidade semipresencial foram idealizadas para resgatar ao espaço da escola os que não tiveram atendimento no tempo oportuno, bem como os que se distanciaram da escola sem conclusão efetiva. Assim, entende-se que não há competição com o ensino presencial, o que existe é uma circulação de estudos na busca de proporcionar a correção no tempo perdido.

De acordo com o art. 24 da Lei 5692/71, "suprir a escolarização regular" e proporcionar "estudos de aperfeiçoamento ou atualização", a forma supletiva de estudos compreende "cursos e exames" referentes ao núcleo comum que habilitam a continuidade no sistema regular. Os cursos seriam ministrados em classes ou através dos meios de comunicação disponíveis, quer sejam rádio, televisão, correspondência ou outros, de forma a atender as peculiaridades do aluno especial e, principalmente, respeitando-lhe o ritmo particular.

Destacamos, também, na referida Lei, o seu art. 26, § 1º, que faz referência à faixa etária dos maiores de 18 anos para a conclusão de 1º grau e de maiores de 21 anos para a conclusão de 2º grau. Ressaltamos que a atual LDB altera os limites fixados, reduzindo para 15 e 18 anos o ingresso no 1º e 2º graus, respectivamente.

Além das funções de corrigir o tempo dos estudos, a Lei, em seu art. 27, abre perspectivas para cursos de aprendizagem e qualificação. A aprendizagem e a formação metódica no trabalho, organizada e ministrada pelas empresas ou instituições

Pelo exposto, percebemos a abrangência dos objetivos do ensino supletivo e sua importância como alternativa educacional. Educação aqui é compreendida como permanente processo de desenvolvimento e enriquecimento cultural humano, fortalecimento da cidadania, melhoria do bem-estar da sociedade. É, pois, o ensino supletivo, elo de ligação entre o

trabalhador jovem e o conhecimento elaborado. Moacir Gadotti, contribui com seus postulados, ao citar a LDB:

Logo após a promulgação da Constituição de 1988, o Deputado Octávio Elésio de Brito, apresentou um projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 1258/88 que foi submetido à discussão nos mais diversos Fóruns Educacionais do país. A ampla mobilização levou, inclusive, à Constituição do Fórum Nacional de Defesa da escola pública, no qual se fizeram representar inúmeras entidades. (GADOTTI, 2001, p. 43).

Outros projetos surgiram e a ele foram anexados. A quantidade de projetos e a variedade de seus conteúdos, de parlamentares dos mais diversos partidos e matizes políticos, reflete o jogo de interesses que a educação desperta, o relator, deputado Jorge Hage, tentou uma consolidação conciliatória, que consubstanciou no substitutivo publicado em agosto de 1989. Nele o capítulo XI, citado na LDB (1996): “Da educação Básica de Jovens e Adultos trabalhadores e do Ensino Noturno” detalha as normas e avança quanto aos mecanismos e instrumentos de implementação dos dispositivos constitucionais previstos no artigo 208 (caput e incisos I, VI e VII). Ainda com base no que diz o art. 208, incisos I, VI e VII, a Lei garante ao jovem e adulto uma educação gratuita, regular com direito a material didático, transporte, alimentação e saúde. Gadotti (2001, p. 47), também faz sua contribuição:

(...) infelizmente sabemos que é uma grande idolatria, principalmente no que se refere uma escola gratuita pois na verdade, pagamos impostos e é dever do Estado, união e município fornecer uma educação de qualidade e gratuita e como sabemos a educação do nosso país é de péssimo a qualidade, que ainda existem muitos educadores desqualificados e alienados, principalmente no ensino de educação de jovens e adultos.

O autor vai mais além quando diz: “Não há, na história da Educação Mundial, qualquer país que tenha tido sucesso na Universalização da Educação Básica de seu povo”. (GADOTTI, 2001, p. 48). Isso é uma realidade vergonhosa, pois a educação é cultura, crescimento, e progresso, sabemos que temos matéria-prima de qualidade, o que falta apenas é compromisso de nossos representantes.

O fundamento do ensino semipresencial é uma força da qual os critérios de grau, série, conteúdo, programa, sequência e horário entre outro estabelecido, a priori, cedeu a um efetivo ajustamento das atividades dos alunos para receber a educação e da sociedade para oferecê-la. (GADOTTI, 2001). Assim, entendemos a época, e continuamos entendendo hoje, que tal ajustamento só se torna legítimo e exequível se:

Os alunos são respeitados como autores da definição de suas conveniências (direitos e necessidades); Não se considera os educandos como receptores passivos que a sociedade lhe oferece, mas principais protagonistas de sua própria educação e; O reconhecimento das aprendizagens adquiridas, informal

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

e sistematicamente, não tem como parâmetro o inútil ensino da escola para a escola, mas a organização da reflexão crítica sobre as vivências e experiências do cotidiano, transformando em alvo de novas intervenções dos educandos, instrumentalizados pela nova formação. (GADOTTI, 2001, p. 52).

Não é uma tarefa fácil refletir sobre a abordagem semipresencial de ensino como tentativa de minimizar a evasão na EJA e no próximo capítulo vamos pensar sobre isso na perspectiva de trabalho de um CEJA do Estado do Ceará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante estudo pode-se constatar que a EJA é uma modalidade de ensino que está, de fato, contemplando muitas pessoas que acreditavam ser impossível retomar os estudos pelas vias tradicionais. É uma oportunidade, já utilizada no Estado do Ceará, de aprimorar os conhecimentos dos alunos que, por diversas razões, abandonaram a escola.

Acreditamos no potencial da educação de jovens e adultos, uma vez que viabiliza a construção do conhecimento e possibilita o desenvolvimento da autonomia do aluno, que por sua vez, são pontos positivos desta modalidade de educação, que estimula a busca pelo conhecimento de forma autônoma.

Nesta pesquisa, inserida nesse contexto de ampliação das discussões neste campo, entendemos que na história da EJA muitos foram os planos educativos direcionados para a alfabetização de adultos, voltados para uma perspectiva de erradicação do analfabetismo. Porém, não houve uma ação afirmativa a favor da alfabetização de todos, reconhecendo essas pessoas como sujeitos de direitos histórica e socialmente negados.

Um dos caminhos para se iniciar o processo de mudança no que diz respeito ao acesso e permanência dessas pessoas na escola, é investigar falhas e virtudes no CEJA, é dialogar com os alunos que participam desse processo, dar voz a eles, que mais do que ninguém, conhecem essa realidade, pois a vivenciam todos os dias.

No sentido de compreender que a EJA é diferente e requer uma ótica diferenciada, que essa pesquisa foi importante. O tempo todo tentou-se chamar atenção para a necessidade de refletir e compreender o cotidiano, para transformá-lo. Percebe-se de forma muito acentuada que todos querem uma escola melhor: professor, aluno, funcionário, gestor.

Favorecer a participação democrática, fortalecer o crescimento pessoal e profissional de educandos e educadores, numa perspectiva de criação de identidade única dos CEJAs. Daí a importância de um trabalho onde aconteça o trinômio ação-reflexão-ação, como já dizia Paulo Freire o importante é juntar esforços na organização de uma proposta escolar que possa atender.

É importante salientar que os alunos buscam a escolarização tentando responder às exigências impostas pelo mundo letrado. Eles acreditam que ao dominar as habilidades de ler e escrever poderão conquistar a independência, facilitando as necessidades ligadas à sobrevivência. Apesar da demora na aquisição dessas habilidades, por conta da falta de oportunidade, eles encontram meios para interagir com a realidade, demonstrando competência comunicativa.

O trabalho é concluído numa perspectiva de que há de se ter um olhar investigativo e de não comodismo para com os fenômenos que acontecem na escola e que enquanto sujeitos da história e atores nesse cenário, o professor, o diretor, o funcionário e o aluno podem sim compartilhar mutuamente de responsabilidades e direitos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos**, Documento Base. Brasília: MEC, 2007.
- _____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República. 1996.
- CEARÁ. **Estatísticas da Educação básica Ceará 2012-2015**. Ceará: SEDUC, 2016.
- DIGIÁCOMO, Murillo José. **Tendências Atuais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. MEC: INEPSEF, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. 1. ed. São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014.
- _____. **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagem qualitativa**. 8ª ed. São Paulo: EPU, 2010.
- RIBEIRO, V. M. M. (org.). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.